



A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E A REVOLUÇÃO GLOBAL DA INFORMAÇÃO

Robert Corn-Revere

Sumário-Working Paper nº 26, julho de 2011



www.plataformademocratica.org

A política de comunicação dos Estados Unidos e a revolução global da informação

Robert Corn-Revere

Sumário

Com o lançamento do Plano Nacional de Banda Larga, em 2010, os formuladores de políticas nos Estados Unidos transformaram a Internet na peça central das metas norte-americanas da política de comunicação futura. Embora o plano aborde um conjunto muito amplo de objetivos sobre questões que vão desde a prestação de cuidados com a saúde à segurança nacional, ele também procura promover o acesso universal de banda larga a serviço da participação cívica. O plano despertou questões profundas que atingem o próprio cerne da política de comunicação.

Estas questões surgem na medida em que a Internet abalou os alicerces da comunicação tradicional e da política de comunicação. Paradoxalmente, por um lado, o novo meio de comunicação disponibilizou mais informação para mais pessoas do que em qualquer outra época na história, e até mesmo alguns meios de comunicação tradicionais possuem mais espectadores e leitores que nunca, mas, por outro lado, as empresas de comunicação lutam para criar um modelo de negócios que possa sobreviver no novo ambiente. Duas agências federais, a Federal Communications Commission (FCC) e a Federal Trade Commission (FTC), promoveram pesquisas para desenvolver recomendações para mudanças de política, com o objetivo de possibilitar ao jornalismo prosperar na Era Digital. Até certo ponto, a mídia tradicional já estava perdendo sua audiência para meios mais novos, mas estas tendências foram impulsionadas nos últimos anos pela crise econômica e, possivelmente, tornadas permanentes pelas mudanças tecnológicas que enfraqueceram a mídia tradicional, patrocinada por anunciantes.

As recomendações de políticas para o futuro devem levar em conta o fato de que as funções da mídia tornaram-se convergentes, enquanto os modelos de regulação existentes nos Estados Unidos baseiam-se em distintos meios de comunicação que servem a funções discretas. Historicamente, os meios de comunicação impressos não se sujeitaram a uma regulamentação *per se*, mas regeram-se pela lei geral de negócios (*business law*) aplicável, sujeitos à proteção da Primeira Emenda, que garante a liberdade de imprensa. No início do século XX, com o surgimento da mídia eletrônica, o governo federal regulamentou os telégrafos e telefones como meios comuns. E regulamentou separadamente a radiodifusão como um meio licenciado imbuído de certas obrigações "de interesse público". O Congresso acrescentou novas categorias regulatórias, com regras distintas, à medida que novas tecnologias foram introduzidas, tais como a televisão a cabo.

O surgimento da Internet levantou questões fundamentais sobre a capacidade do governo de continuar a criar novas classificações regulatórias para novas mídias. É difícil conciliar a abordagem anterior, de criar novos conjuntos de regras com base nas características próprias de um meio, a um meio convergente, que pode servir a todas as funções de mídia tradicional combinadas. Isto também despertou a questão sobre a política de comunicação poder ou não ultrapassar os limites do poder governamental estabelecido na Primeira Emenda.

Estas questões surgiram recentemente, ligadas aos esforços do governo dos Estados Unidos para adotar políticas tais como a “neutralidade da rede”. Os esforços iniciais da FCC para impor tais requisitos de “Internet aberta” foram derrotados na revisão jurídica, considerados fora da alçada da autoridade da agência administrativa. A adoção de novas regras de neutralidade da rede, em dezembro de 2010, despertou diretamente questões que dizem respeito à classificação regulatória adequada da mídia on-line, bem como dos limites da autoridade da FCC para regular a banda larga.

Até agora, os formuladores norte-americanos de políticas têm mais perguntas que respostas. As novas tecnologias podem ter enfraquecido as justificativas históricas para a regulação dos meios de comunicação tradicionais. As categorias regulatórias mais antigas não se encaixam à nova mídia. Este foi um dos principais temas do relatório da FCC de junho de 2011 sobre o futuro dos meios de comunicação, intitulado “As Necessidades de Informação das Comunidades”. O documento reconhece que as inconsistências resultaram do fato de que as políticas existentes foram criadas para tratar dos assuntos inerentes a um meio específico, mas este conteúdo está agora disponível em múltiplas plataformas. Assim, o relatório revelou que muitas das leis existentes destinadas a promover os objetivos de interesse público são ineficientes e que as políticas que um dia fizeram sentido não acompanharam as mudanças na tecnologia de comunicação.

O relatório da FCC conclui que o governo não pode “salvar o jornalismo”, e que as restrições constitucionais limitariam as amplas tentativas de fazer isso. Mas, embora documente a acentuada queda econômica sofrida pelas companhias tradicionais de mídia, reconhece que “a extrema abundância de meios convive lado a lado com uma grave escassez de informação”. O relatório faz uma série de recomendações de políticas, incluindo serviço universal de banda larga e Internet aberta, maior transparência governamental, direcionamento dos gastos governamentais de propaganda para a mídia local e mudanças no código tributário para ajudar os meios de comunicação sem fins lucrativos. É incerto o grau em que essas recomendações serão implementadas pelos formuladores de políticas públicas.

O autor

Robert Corn-Revere possui vasta experiência na Primeira Emenda e nas leis de comunicação, como advogado na Davis Wright Tremaine LLP em Washington, D.C. Corn-Revere escreve amplamente sobre a Primeira Emenda e questões relacionadas à mídia e tem dado pareceres como especialista em várias comissões do Congresso e da *Federal Communications Commission*. Além de autor de numerosos artigos acadêmicos, ele é coautor de um tratado em três volumes intitulado *MODERN COMMUNICATIONS LAW*, publicado pelo West Group. É também editor e coautor do livro *RATIONALES & RATIONALIZATIONS*, publicado pelo Media Institute. Corn-Revere foi assessor do ex-presidente da FCC, James H. Quello.